







U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem, que sendo informado de que, applicando a Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, todas as possiveis diligencias para evitar as Transgressões do Alvará de seis de Dezembro de mil setecentos sincoenta e sinco, em que fui servido prohibir aos Commissarios Volantes a continuação do seu desordenado commercio para o Brazil, tão prejudicial ao bem commum; tem mostrado a experiencia, que fraudão a referida prohibição, por mais que se procurem cohibir, já negando a alguns dos ditos Commissarios as Attestações ordenadas no Capitulo dezafete, Paragrafo terceiro dos seus Estatutos; já fazendo-os denunciar no Juizo da Conservatoria aquelles Negociantes, que passáráo ao Brazil sem licença, ou conseguindo-a com falsas, e apparentes causas, voltáráo na mesma Frota: Porque conhecendo huns, e outros, que não incorrem em outra alguma pena mais, que a da confiscação da fazenda; e que esta só se manda impor, quando as denuncias se veresiquem pela apprehensão corporal; procuraõ evadir esta facilmente; ou carregando as mesmas fazendas em diversos nomes; ou não vindo as suas remessas em effeitos, mas em dinheiro, e ouro. E porque usando os ditos Commissarios Volantes de huns, e outros Subterfugios, continuaõ no seu irregular, e prohibido Commercio; sendo de difficil averiguação este contrabando por meio de Devassa, pela falta de noticia da maior parte dos Delinquentes, para se fazer a denuncia, que só tem lugar de certas, e determinadas pessoas: Procurando obviar abuzos de tão prejudiciaes consequencias ao Commercio: Sou servido ordenar, que nas Mezas da Inspeção dos Pórtos do Brazil se estabeleça a mesma formalidade das Attestações, que se passaõ pela Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, sem as quaes se não lavrarão Passaportes para este Reino; remettendo-se das mesmas Mezas para a dita Junta a relação das Attestações, que se houverem passado. Pelo que toca ás  
ave-

averiguaçoens em Lisboa, o Conservador geral do Commercio terá huma Devassa aberta desde a entrada até á saída de qualquer das Frotas; perguntando tambem as pessoas, que lhe parecer, ainda sem denuncia; procedendo contra os Commissarios Volantes, e contra todos os Negociantes, que não estiverem incluídos na relação referida; prendendo-os, e sendo conservados na prisão até que sejam passados seis mezes, e hajaõ satisfeito a condemnação de oitocentos mil réis, em que devem ser condemnados: Para cujos effeitos Hei por revogada a Determinação do sobredito Alvará de seis de Dezembro de mil setecentos sincoenta e sinco; assim quanto á necessidade de haver corporal apprehensão; como pelo que toca á pena de confiscação de todas as fazendas, porque nesta pôdem ser gravemente prejudicados os Crédores do Delinquente. Similhantermente se praticará nos Pórtos do Brazil, procedendo os Juizes competentes á mesma Devassa, e penas, applicando-se estas em qualquer parte na fórma determinada pelo sobredito Alvará de seis de Dezembro de mil setecentos sincoenta e sinco.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço, Conselhos de minha Real Fazenda, e do Ultramar; Casa da Supplicação Meza da Consciencia, e Ordens; Senado da Camera; Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Governadores da Relação, e Casa do Porto, e das Relações da Bahia, e Rio Janeiro; Vice-Rey do Estado do Brazil; Governadores, e Capitaens Generaes; e quaesquer outros Governadores do mesmo Estado, e mais Ministros; Officiaes, e Pessoas d'elle, e deste Reino, que cumpraõ, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar este meu Alvará, como nelle se contém; o qual valerá como Carta, passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstantes as Ordenações, que dispoem o contrario, e sem embargo de quaesquer outras Leys, ou Disposições, que se opponhaõ ao conteúdo neste, as quaes Hei tambem por derogadas para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor; e este se registará em todos os lugares,

res, onde se costumão registar semelhantes Leys; mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, aos sete de Março de mil setecentos e sessenta.

## R E Y . . .

*Conde de Oeyras.*

*A*lvará com força de Ley; porque Vossa Magestade ha por bem promover de remedio as fraudes, com que se maquináráo as contravençoens ao disposto no Alvará de seis de Dezembro de mil setecentos sincoenta e sinco, pelo qual se prohibem os Commissarios Volantes para os Pórtos do Brazil; apontando a formalidade, com que se deve fazer o Commercio para os ditos Pórtos, e outras providencias: Tudo na fôrma que affima se declara.

Para Vossa Magestade ver.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no Livro 2. da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios a fol. 229. vers. Nossa Senhora da Ajuda, a 10 de Março de 1760.

*Joaquim Fozé Borralho*

*Joaquim Fozé Borralho o fez.*

Impresso na Officina de Miguel Rodrigues.

CB  
P8529  
1760  
3

69-1057.  
brds.  
Worms  
Oct '68

5.1.70  
1-SIZE